

A MARCHA DO SUL EM DIRECÇÃO À EUROPA

Nicolau Andresen-Leitão

ANTÓNIO COSTA PINTO
E NUNO SEVERIANO
TEIXEIRA (orgs.)

**A Europa do Sul
e a Construção
da União Europeia
1945-2000**

Lisboa,
Imprensa de Ciências Sociais,
2005, 215 páginas

Versão portuguesa do livro *Southern Europe and the Making of the European Union, 1945-1980* (Columbia University Press, 2003), esta edição resulta de duas conferências financiadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, uma de 1997 realizada na Fundação Luso-Americana e outra de 1998 no âmbito dos Cursos de Verão da Arrábida. O capítulo sobre Portugal resulta de um projecto de investigação, coordenado pelos mesmos organizadores, «Portugal e a Unificação Europeia», que foi uma pedrada no charco nos estudos portugueses de integração europeia. O livro tem o grande mérito de actualizar estudos dos países do Sul da Europa – Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Apresenta igualmente estudos comparativos das economias, consolidação democrática e as atitudes dos cidadãos da Europa do Sul perante o fenómeno de integração. A conclusão analisa a europeização destes quatro países.

À partida podemos distinguir dois percursos da Europa do Sul rumo à Comunidade Económica Europeia (CEE). Num primeiro percurso encontramos a Itália, membro fundador e de pleno direito do Tratado de

Roma de 1957. Num segundo, os restantes países que só tardiamente chegariam a entrar. A Grécia em 1981, após se ter tornado membro associado em 1962, e de ter este estatuto suspenso durante a efémera ditadura dos coronéis. Portugal e Espanha em 1986, após o restabelecimento da democracia, em 1974 e 1975, respectivamente, e longas e difíceis negociações.

No capítulo sobre Portugal, António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira consideram que, entre 1945 e 1974, os dois factores políticos que condicionaram a integração de Portugal na Europa do Mercado Comum foram a natureza ditatorial do regime e a resistência tenaz à descolonização. Só após 1974 é que houve uma tentativa séria para a integração de Portugal na CEE. Este objectivo passou a ser a meta dos partidos moderados, tendo em vista a consolidação da democracia por intermédio das ligações à Europa e subsequente desenvolvimento económico.

O Estado Novo não sofreu o isolamento da vizinha Espanha. Portugal foi membro fundador da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte

(NATO) no final da década de 1940. Na década de 1950 participou na União Europeia de Pagamentos (UEP) e acompanhou o Reino Unido na fundação da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA). O capítulo salienta correctamente a resistência de Salazar e de Caetano face à dimensão supranacional da CEE, mas esquece-se de mencionar que, em 1962, era intenção do Governo português negociar um acordo de associação com o objectivo de uma futura adesão e que, em 1970, manteve e tentou negociar o mesmo objectivo. Da primeira vez, o veto de De Gaulle à entrada do Reino Unido suspendeu todas as negociações, sendo que o objectivo português não teria hipóteses credíveis, devido à ditadura e à manutenção das colónias. Na segunda tentativa, a oposição da CEE levaria Portugal a negociar um acordo comercial. A conclusão sobre este período é certa: a ditadura, no geral, recusa organismos supranacionais; a Europa é uma necessidade económica; e as opções europeias e coloniais tornam-se antagónicas, o que só poderia ser resolvido a favor da primeira com uma mudança de regime.

No período revolucionário 1974-1975, o capítulo confirma que, de facto, Portugal sofreu uma significativa intervenção externa, não só diplomática, mas também a nível dos partidos políticos e das organizações sindicais. Conforme se afirma, «os partidos moderados só conseguiram um mínimo de implantação e funcionamento nesta conjectura de crise com o apoio financeiro e de formação de quadros significativos por parte da Administração norte-americana e das organizações euro-

peias internacionais das “famílias políticas europeias”» (p. 33). Por outro lado, no mesmo capítulo considera-se que a CEE não foi um elemento determinante na consolidação da democracia em Portugal, embora para a maioria da elite portuguesa funcionasse como uma garantia da consolidação da democracia e de desenvolvimento económico. Sobre as atitudes da população portuguesa, é bem focado que a popularidade da CEE, acima da média europeia, apenas ocorre após a adesão e que, pasme-se, em 1978, 20 por cento dos inquiridos considerava que Portugal não poderia sobreviver economicamente sem as colónias. A CEE, actual União Europeia (UE), permite que Portugal não atravessasse uma crise de identidade com a independência das colónias.

A SEMELHANÇA DE CONCLUSÕES

As conclusões do capítulo sobre Espanha poderiam ser largamente repetidas em relação a Portugal e à Grécia. De acordo com Juan Carlos Pereira Castañares e Antonio Moreno Juste, a CEE desempenhou um papel de grande estímulo à modernização política, social e económica, em suma, ao advento da democracia e do desenvolvimento económico. A CEE é vista como secular, humanista e democrática, que rejeita a ditadura franquista. O desenvolvimento económico da CEE funciona também como um chamariz para a sociedade espanhola, tornando-se o objectivo a atingir. Há duas imagens fortes na formação de um espírito pró-europeu: a necessidade de modernização política e a escolha de um modelo socioeconómico (à semelhança dos países da CEE). Os autores consideram

que o espírito pró-europeu dos espanhóis foi um dos principais componentes da criação de uma cultura democrática no país. As principais forças políticas espanholas também aceitaram que o modelo a adotar fosse o de um Estado social, democrático e constitucional, participante na integração europeia, o que relevou para segundo plano o debate sobre esta opção política. Apenas aderindo ao Tratado de Roma é que o passado da Espanha seria enterrado pelos diversos intervenientes. A adesão à Comunidade foi vista pelos espanhóis como o triunfo das forças democráticas desde o período da ditadura. Menos conclusivo é o artigo de António Varsori. O autor considera que não obstante a opção europeia ser desde há muito uma preocupação central na política italiana, ultimamente tornou-se um fardo e um desafio difícil. Questiona, igualmente, se a Itália vai conseguir responder aos desafios vindos da Europa. Inegavelmente, o país tem desempenhado um papel político europeu inferior ao seu verdadeiro peso político e económico. Nas suas memórias, Cavaco Silva recorda o tratamento negativo que o Presidente francês, Chirac, reservou aos italianos durante a Cimeira de Nice (1995), menosprezando as aspirações italianas num espírito «pouco europeu». Não há razões pelas quais os italianos não devam poder cumprir as suas aspirações europeias. Se as não cumprirem, será por fraqueza interna e não por intervenção francesa ou europeia.

A fraqueza da política externa italiana, segundo Varsori, tem sido uma característica do pós-guerra. País que ambicionava ser uma potência no Mediterrâneo e no

Médio Oriente, a Itália deve a sua entrada na NATO à França. A entrada de Itália na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) deve-se, no plano político, à oportunidade de reafirmar o prestígio internacional do país. No plano económico, Roma consegue negociar boas condições que permitem a modernização da siderurgia italiana e a mobilidade da mão-de-obra (o país sofria uma alta taxa de desemprego). No Tratado de Roma, o Governo italiano, mais uma vez, consegue negociar excelentes condições para o país: mobilidade de mão-de-obra e de capitais (acreditando que favorecia o investimento no *Mezzogiorno*) e políticas sociais e de desenvolvimento generosas. Mas na história da integração, a Itália desempenha um papel secundário na CEE, fruto em parte da instabilidade política interna. Apenas na primeira metade da década de 80 desempenha um papel de algum relevo nos processos da União Económica e Monetária e, depois de uma hesitação inicial, de adesão de Portugal e Espanha.

Susannah Verney considera que a entrada da Grécia na CEE marcou uma nova direcção na política grega do pós-guerra. Até 1981, a Grécia, protegida pelos Estados Unidos, é apenas uma observadora do fenómeno de integração europeia. A decisão de aderir foi tomada pelos decisores políticos e, em particular, reflecte a vontade política do primeiro-ministro Karamanlis, em consonância com a teoria de Andrew Moravcsik. Ao contrário desta teoria, a decisão não foi impulsionada por grupos de interesses poderosos, foi sim uma estratégia adoptada por um pequeno grupo de membros do Governo.

Desde a década de 50 que a Grécia procura garantir os mercados europeus para o escoamento dos seus excedentes. Ao contrário de Portugal, por exemplo, inicialmente recusa o desmantelamento aduaneiro e procura ajuda financeira para o seu desenvolvimento económico. Contrariamente ao que afirma a autora – que seria pouco provável que a Grécia aderisse à EFTA por motivos económicos –, Atenas opta por um acordo de associação com a CEE após as tentativas para se juntar às negociações, que resultariam no Tratado de Estocolmo, terem sido rejeitadas. As razões económicas por detrás da opção europeia da Grécia foram, portanto, a exiguidade dos seus mercados e a procura de fundos para o desenvolvimento económico. Mas Verney considera que a principal razão por detrás da opção europeia da Grécia foi geoestratégica: «sacrificar os interesses dos industriais gregos poderia parecer essencial a uma estratégia de longo prazo de estabilização do capitalismo. Assim, o factor guerra fria – aliado à natureza paternalista da democracia grega – explica a razão pela qual Karamanlis e os seus associados, ignorando a dinâmica política interna, optaram pela integração europeia» (p. 134).

ECONOMIA, CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA E ATITUDES

Alfred Tovias considera que em termos económicos foi mais fácil aderir à Comunidade, como fizeram a Grécia, Portugal e Espanha, no final da década de 70 e na década de 80, do que é actualmente, por causa do *acrescido aquis communautaire*. Mais controverso é afirmar que a *détente*

Leste-Oeste facilitou o alargamento à Europa do Sul, uma vez que o autor não apresenta nenhum argumento convincente. Um terceiro factor que favoreceu a integração foi o facto de os países (com a excepção de Portugal com as nacionalizações de 1975) possuírem já economias de mercado. Tovias considera também que havia mais financiamento comunitário disponível no final da década de 70 do que na década de 80. Esta afirmação é igualmente controversa, visto estes países terem recebido verbas mais superiores na década de 80 às recebidas na década anterior.

Geoffrey Pridham conclui que os processos de democratização da Europa do Sul estão consolidados e estes países plenamente integrados na UE. Acrescenta ainda que a UE «agiu como um importante apoio externo às elites políticas e às forças que procuravam garantir o futuro da democracia liberal nos seus países» (p. 172). Este autor considera, à semelhança de António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira, que «as influências recebidas da UE não foram de modo algum pouco significativas na fase de transição» democrática (p. 172). José Magone é da opinião que, entre 1973 e 1999, as sondagens públicas tornaram-se importantes instrumentos de análise para a classe política. Em particular, tornou-se importante avaliar o impacto e a popularidade da integração europeia nos três membros da Europa do Sul. As conclusões do Eurobarómetro indicam que a integração europeia, incluindo a destes países, «estão a convergir gradualmente no sentido de uma apreciação mais positiva da integração europeia» (p. 195). Estas

palavras foram escritas antes de 2001. Conforme Harold Wilson, antigo primeiro-ministro britânico, afirmou, «uma semana é uma eternidade na política». A rejeição do tratado constitucional pela França e pela Holanda, membros fundadores do Tratado de Roma, indica que a convergência europeia não é um fenómeno irreversível. A conclusão geral de Leonardo Morlino vai no sentido de algumas contribuições anteriores, ao afirmar que «a europeização é

associada à democratização e à modernização» (p. 197). Justifica o estudo dos quatro países em conjunto por estes terem atravessado graves crises económicas durante a década de 80, de necessitarem de auxílio europeu, e por ter sido por intermédio da UE que procuraram a modernização económica e administrativa. Outro factor que associa estes países tem sido a sua fraca capacidade de participar no processo de decisão europeu. **RI**